



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

CADERNO DE PROVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

- 1) A identificação do candidato dar-se-á mediante número da inscrição, lançado à caneta em todas as páginas, pelo próprio candidato, na parte inferior esquerda do CADERNO DE PROVAS e CADERNO DE RESPOSTAS, bem como no CARTÃO GABARITO. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS e CARTÃO GABARITO sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.
- 2) A prova deve ser respondida com caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 3) No CARTÃO GABARITO, preencha o número de inscrição cobrindo completamente todo o espaço a ele correspondente, conforme modelo a seguir:

Exemplo: **INSCRIÇÃO Nº 1368**

1	0	█	2	3	4	5	6	7	8	9
3	0	1	2	█	4	5	6	7	8	9
6	0	1	2	3	4	5	█	7	8	9
8	0	1	2	3	4	5	6	7	█	9

- 4) Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:
 - a) 30 (trinta) questões de múltipla escolha da prova objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas; e
 - b) 02 (dois) temas para dissertação.
- 5) Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém espaço destinado às dissertações sobre os temas propostos, pois as dissertações devem ser escritas em letra legível na folha correspondente a cada tema.
- 6) Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada questão objetiva.
- 7) Preencha o CARTÃO GABARITO cobrindo completamente o espaço correspondente à alternativa, como mostrado abaixo. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

A	B	█	D
---	---	---	---
- 8) Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS e CARTÃO GABARITO.
- 9) As questões dissertativas devem ser respondidas em texto entre 15 e 30 linhas, em que levar-se-ão em conta o conteúdo correspondente requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, da gramática e da ortografia.
- 10) Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:
 - a) Rasura do CARTÃO GABARITO;



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

- b)** Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no CARTÃO GABARITO;
- c)** Marcação incorreta no CARTÃO GABARITO da resposta para a questão;
- d)** Marcação das respostas a lápis no CARTÃO GABARITO; e
- e)** Ausência de qualquer marcação para a assertiva no CARTÃO GABARITO.

11) Será atribuída nota 0,0 (zero) à dissertação:

- a)** Escrita a lápis no CADERNO DE RESPOSTAS. Serão consideradas apenas respostas à caneta;
- b)** Sem oferta de resposta escrita (em branco). Respostas escritas no CADERNO DE PROVAS não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS; e
- c)** Respondidas incorretamente.

12) O candidato não deve riscar, rasurar, amassar, dobrar ou sujar o CADERNO DE RESPOSTAS e CARTÃO GABARITO. A leitura ótica do cartão poderá ficar prejudicada.

13) O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (dissertação) e do CARTÃO GABARITO.

14) É vedado qualquer tipo de consulta, seja de legislação “seca”, “comentada” ou “anotada”, doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários etc.

15) Não será admitido ao candidato:

- a)** A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógios, calculadoras ou qualquer outro dispositivo eletrônico; e
- b)** O uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiverem grau.

16) Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

17) O candidato poderá somente retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

18) Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVAS, no CADERNO DE RESPOSTAS e no CARTÃO GABARITO. Após a conferência, deverá entregar ao fiscal e assinar a lista de devolução de itens da prova.

19) O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE PROVAS e CADERNO DE RESPOSTAS junto à Coordenação de Estágios, localizada no Centro de Treinamento e Apoio Operacional do Ministério Público de Roraima, localizado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1184, Centro, nesta Capital, no horário das 8h às 12h e 14h às 18h.

20) Após a homologação do certame, todos os documentos dos candidatos e CADERNOS DE PROVAS E DE RESPOSTAS serão destruídos.

Boa Vista, 21 de agosto de 2022.



CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. O tipo penal é a ferramenta fundamental para limitar o poder punitivo do Estado e determinar a liberdade de conduta dos cidadãos. Compõem o conceito de sujeitos da conduta típica:

- a) autor, réu e juiz.
- b) juiz, promotor, defensor e réu.
- c) sujeito ativo, sujeito passivo e o Estado.
- d) juiz, promotor e réu.

2. Maria e João emanciparam o filho Gabriel, de 17 anos, por considerarem-no bastante maduro para a idade. Gabriel, por sua vez, objetivando economizar dinheiro, adquire um aparelho de telefone celular de última geração do amigo Lucas, que tem 18 anos, por R\$ 100,00 (cem reais), sabendo que o objeto é produto de crime. Nessa hipótese, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Gabriel, por ser emancipado, responde por crime de receptação.
- b) A emancipação de Gabriel não impedirá sua responsabilização na seara criminal, devendo ser processado por delito de receptação.
- c) Gabriel, mesmo emancipado, não responderá por crime de receptação.
- d) A emancipação de Gabriel impedirá sua responsabilização por ato infracional análogo ao delito de receptação.

3. “O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados”. Tal hipótese refere-se:

- a) ao crime preterdoloso.
- b) ao crime consumado.
- c) à tentativa branca.
- d) à desistência voluntária e ao arrependimento eficaz.

4. No direito penal brasileiro, a retroatividade de lei nova que deixa de considerar um fato como criminoso:

- a) é vedada, conforme a Constituição Federal de 1988.
- b) extingue a punibilidade do agente.
- c) não cessa os efeitos da condenação.
- d) não se aplica a fatos transitados em julgado.

5. É característica da lei excepcional ou temporária:

- a) aplicar-se aos fatos praticados durante sua vigência, ainda que já decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- b) permitir que lei penal mais benéfica, que lhe seja posterior, aplique-se aos fatos excepcionais praticados durante sua vigência.
- c) permitir que lei penal mais gravosa, que lhe seja posterior, aplique-se aos fatos excepcionais praticados durante sua vigência.
- d) ter efeito ultrativo, regulando fatos praticados depois do seu período de duração ou depois de cessadas as circunstâncias que a determinaram.



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DIREITO CIVIL

6. Acerca das disposições contidas na Lei nº 10.406/02, Código Civil, assinale a opção INCORRETA:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) São absolutamente capazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.
- c) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- d) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

7. Acerca das disposições contidas na Lei nº 10.406/02, Código Civil, assinale a opção CORRETA:

- a) Consideram-se imóveis para os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta.
- b) Perdem o caráter de imóveis, as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local e os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- c) Consideram-se imóveis para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico, os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes e os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- d) São bens móveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.

8. Acerca das disposições contidas na Lei nº 10.406/02, Código Civil, no que se refere a normas gerais da prescrição, assinale a opção INCORRETA:

- a) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- b) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- c) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- d) A renúncia da prescrição pode ser apenas expressa, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

9. Acerca das disposições contidas na Lei nº 10.406/02, Código Civil, no que se refere às relações de parentesco, assinale a opção INCORRETA:

- a) Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da consanguinidade.
- b) Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.
- c) São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.
- d) São parentes em linha reta as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DIREITO PROCESSUAL PENAL

10. Sobre conceito, finalidade e fontes do processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A competência para legislar sobre direito processual penal é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- b) Direito processual penal é o ramo do direito público que compreende princípios e normas definidoras de condutas criminosas com previsão de determinada sanção.
- c) É possível que os Estados legislem sobre questões específicas de direito processual penal, desde que autorizados por lei complementar editada pela União.
- d) Os tratados e convenções internacionais são considerados fontes materiais do direito processual penal.

11. No que se refere às disposições preliminares do Código de Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- b) Os processos de competência da Justiça Militar são regidos pelo Código de Processo Penal comum.
- c) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, tornando prejudicada a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva, sem aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

12. Leia as frases a seguir e a partir dos respectivos conteúdos responda.

1 – “Esse princípio fundamental de civilidade representa o fruto de uma opção garantista a favor da tutela da imunidade dos inocentes” (Luigi Ferrajoli).

2 – “Basta ao corpo social que os culpados sejam geralmente punidos, pois é seu maior interesse que todos os inocentes sem exceção sejam protegidos” (Lauzé di Peret).

3 – “A metafísica do direito penal propriamente dita é destinada a proteger os culpados dos excessos da autoridade social; a metafísica do direito processual tem por missão proteger dos abusos e dos erros da autoridade todos os cidadãos inocentes e honestos” (Francesco Carrara).

Qual princípio a seguir melhor sintetiza o conteúdo, as ideias e as preocupações acima expostas?

- a) Princípio da verdade real.
- b) Devido processo penal.
- c) Ampla defesa e contraditório.
- d) Presunção de inocência.

13. O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação:

- a) não poderá ser arquivado pelo Ministério Público.
- b) não poderá ser instaurado sem a queixa.
- c) depende da iniciativa do Ministério Público.
- d) não poderá sem ela ser iniciado.



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

14. Segundo a classificação doutrinária para o interrogatório do acusado, quando ocorre “confissão qualificada”?

- a) Quando o acusado confessa a prática da infração em sua completude.
- b) Quando o acusado confessa a prática do fato delituoso e delata coautor ou partícipe.
- c) Quando o indiciado ou acusado confessa a prática da infração na presença de seu Defensor.
- d) Quando o acusado confessa a prática do fato delituoso, todavia alega excludente de ilicitude ou da culpabilidade

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

15. À luz do estabelecido no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), assinale a opção INCORRETA:

- a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados membros do Ministério Público.
- b) Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença do Ministério Público.
- c) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- d) Ainda que findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz não poderá requisitar os autos e dar andamento ao processo.

16. De acordo com o expresso no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), o Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, é incumbido dentre outras atribuições, das seguintes, exceto:

- a) a defesa da ordem jurídica.
- b) a defesa dos interesses e direitos individuais disponíveis.
- c) a defesa do regime democrático.
- d) a defesa dos interesses e direitos sociais.

17. Conforme expressamente consta do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público contará, expressamente, com as seguintes atribuições, exceto:

- a) poderá produzir provas.
- b) requerer as medidas processuais pertinentes.
- c) apresentar recurso.
- d) ser intimado apenas dos atos decisórios.

18. Ainda nos termos do previsto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), o Ministério Público intervirá como fiscal da ordem jurídica, de forma obrigatória, nos processos que envolvam:

- a) a Fazenda Pública.
- b) interesse de capaz.
- c) interesse público ou social.
- d) litígios individuais pela posse de terra rural.



**XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE
DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Não é um fundamento da República Federativa do Brasil:

- a) dignidade da pessoa humana.
- b) pluralismo jurídico.
- c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) a soberania.

20. Conforme a Constituição Federal de 1988, a pena pode ser:

- a) de trabalhos forçados.
- b) de banimento.
- c) de caráter perpétuo.
- d) de interdição de direitos.

21. Sobre direitos e garantias individuais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que:

- a) Todos são iguais perante a lei, salvo distinções de natureza pessoal ou relativas ao cargo que exerce.
- b) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- c) A propriedade atenderá a sua função social.
- d) Não haverá juízo ou tribunal de exceção.

22. É privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a) Deputado Federal.
- b) Senador da República.
- c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Ministro de Estado da Defesa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23. São elementos do conceito de poder discricionário:

- a) Publicidade e eficiência.
- b) Conveniência e oportunidade.
- c) Proporcionalidade e moralidade.
- d) Razoabilidade e publicidade.

24. Não é um princípio constitucional da administração pública:

- a) Legalidade.
- b) Moralidade.
- c) Inovação.
- d) Eficiência.

25. Quanto aos bens públicos, consideram-se bens de uso comum do povo:

- a) Escolas e hospitais públicos.
- b) Bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal.



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

- c) Palácios em que se situam as sedes dos poderes.
- d) Praças, ruas e rios.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

26. Segundo disposições contidas na Lei nº 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais, assinale a opção CORRETA:

- a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal.
- b) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativamente, conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual.
- c) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da comunidade
- d) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

27. Acerca das disposições contidas na Lei nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção INCORRETA:

- a) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- b) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em cento e vinte dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- c) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- d) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

28. Acerca das disposições contidas na Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção INCORRETA:

- a) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- b) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

d) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

LEI COMPLEMENTAR N.º 003/94

29. Nos moldes do disciplinado pela Lei Complementar nº 003/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima), a respeito dos estagiários, assinale a opção CORRETA:

- a)** A orientação do serviço de estagiário, bem como a fiscalização de sua frequência, que é obrigatória, competirá ao membro do Ministério Público junto ao qual servir.
- b)** O estagiário não poderá ser dispensado, a qualquer tempo, pelo Procurador-Geral de Justiça.
- c)** O estagiário que exercer as suas funções por no mínimo 06 (seis) meses receberá certificado válido como título no concurso para ingresso na carreira do Ministério Público.
- d)** O estagiário não será obrigatoriamente dispensado quando concluir o curso, podendo ser lotado em outra atribuição, desde que haja aproveitamento satisfatório.

30. Quanto às atribuições e deveres do estagiário do Ministério Público, conforme previsto na Lei Complementar nº 003/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima), assinale a opção CORRETA:

- a)** O estagiário deverá auxiliar o membro do Ministério Público junto ao qual servir, acompanhando-o em todos os atos e termos judiciais.
- b)** Auxiliar o membro do Ministério Público no exame de autos e papéis, realização de pesquisas, sendo vedado dar-lhe ciência das irregularidades que observar.
- c)** Estar presente às sessões do Júri, devendo ficar do lado de fora do Plenário, auxiliando os Promotores de Justiça no que for necessário.
- d)** É permitido ao estagiário exercer atividades relacionadas com advocacia, com funções judiciárias e policiais, desde que haja compatibilidade de horários.

CADERNO DE PROVAS – DISSERTAÇÕES

DISSERTAÇÃO Nº 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;”

Disserte sobre o princípio da dignidade da pessoa humana sob os seguintes aspectos: isonomia e inclusão social.

01	
02	



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

03	R
04	A
05	S
06	C
07	U
08	N
09	H
10	O
11	
12	R
13	A
14	S
15	C
16	U
17	N
18	H
19	O
20	
21	R
22	A
23	S
24	C
25	U
26	N
27	H
28	O
29	
30	



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DISSERTAÇÃO Nº 2 – A REVOLUÇÃO DIGITAL CONTEMPORÂNEA E SEUS IMPACTOS NO FUTURO

Surge a era “figital” e “onlife”

De acordo com matéria publicada pela Folha, a Web 1.0 foi a primeira onda da Internet. Ela ocorreu nos anos 1990 e quem viveu aquela época tem na memória aquele ruído característico do momento no qual a conexão discada era estabelecida. Ficávamos inebriados pela possibilidade de acessar informações em texto por meio de um computador ligado à rede por modem e telefone.

Com a Web 2.0, que surgiu em meados dos anos 2000, vieram as redes sociais, a banda larga se popularizou e tornou-se possível o compartilhamento dos mais diversos formatos – imagem, som e vídeo. Os usuários foram promovidos a geradores e curtidores de conteúdo. A Folha comenta que as pessoas e seus *smartphones* se tornaram inseparáveis, fazendo com que as fronteiras entre online e off-line começassem a desaparecer.

A internet foi evoluindo durante o século XXI até chegar a pandemia, colocando o mundo em isolamento e acelerando tudo, incluindo a fusão entre físico e digital. Estamos entrando na chamada era “figital” (da contração físico mais digital) e começamos a viver “onlife” [de on line + life (vida em português)].

Por mais estranho que pareça, esse é só o começo do que Di Felice define como a transfiguração do mundo. “A única coisa que sabemos sobre o futuro é que este será diferente” (Peter Drucker).

Fonte: <https://www.revive.com.br/blog/murilo/web-30-surge-a-era-figital-e-onlife/>

Com base no texto acima, desenvolva uma dissertação sobre a revolução digital contemporânea e seus impactos no futuro.

01	
02	
03	R
04	A
05	S
06	C
07	U
08	N
09	H
10	O



XVIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

11	
12	R
13	A
14	S
15	C
16	U
17	N
18	H
19	O
20	
21	R
22	A
23	S
24	C
25	U
26	N
27	H
28	O
29	
30	